

Comear de Novo: uma segunda chance

Criado pelo Conselho Nacional de Justia (CNJ), o programa Comear de Novo foi lanado em Minas Gerais em 4 de novembro. Seu objetivo é integrar os rgos do Poder Judicirio e entidades pblicas e privadas para promover a reinsero social de ex-presidirios e daqueles que cumprem medidas e penas alternativas. Prtica semelhante vem sendo adotada h mais de dez anos nas Associaes de Assistncia e Proteo aos Condenados (Apacs), coordenadas pelo programa Novos Rumos na Execuo Penal, do TJMG. Empresas do setor de construo engajaram-se no programa para oferecer qualificao profissional aos atendidos pelo Comear de Novo.

Publicao da Secretaria do Tribunal
de Justia do Estado de Minas Gerais

BH - DEZEMBRO - 2010
ANO 16 - NÚMERO 156

Pgina 4



Pela reinserção social de ex-presidiários

Entre os enormes desafios do Judiciário moderno está o de procurar garantir ao egresso do sistema prisional a oportunidade de ele alcançar a sua reinserção social.

E para isso, o TJMG não tem medido esforços. Por meio de programas como o Novos Rumos e, mais recentemente, o Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Justiça mineira vem ao longo dos anos fazendo a sua parte, chamando a atenção e sensibilizando a sociedade para a importância dessa causa.

Dessa forma, possibilita a mudança da triste realidade que aguarda a maioria dos ex-presidiários do lado de fora dos muros das prisões, que lhes é revelada tão logo eles alcançam a almejada liberdade.

O estigma que acompanha o ex-presidiário é muito grande. Não bastasse isso, ele é invariavelmente pobre e possui pouca ou praticamente nenhuma qualificação profissional.

Conquistar a liberdade não basta para ele. Se a pessoa que cumpriu sua pena e já acertou sua dívida com a sociedade não encontrar rapidamente um emprego, correrá duplo risco: um, de a sua liberdade se

transformar num pesadelo, numa segunda condenação; outro, de reincidir no crime e voltar para a cadeia.

Desnecessário, portanto, dizer que o emprego é fundamental para que o egresso possa resgatar sua dignidade e reassumir seus compromissos frente à sociedade e à sua própria família.

Nesse sentido, o apoio de empresas e organizações empresariais tem se mostrado fundamental para quebrar esse círculo vicioso e ajudar o Estado brasileiro a vencer esse desafio.

Recentemente, como mostra reportagem na página 4 desta edição, o programa Começar de Novo deu novos frutos. Empresas dos setores da construção civil e da construção pesada deram mostras de que estão alinhadas com a justiça nesse intento.

São exemplos de sensibilidade e de compromisso social que precisam ser seguidos por outros setores da economia e da sociedade.

A edição destaca ainda outros bons temas que merecem nossa atenção e reflexão. Como o balanço das ações da Justiça nas páginas centrais, onde são mostradas as dificuldades e os avanços obtidos pelo Judiciário. Boa leitura a todos.

EXPEDIENTE

Tribunal de Justiça do Estado de MG

Presidente: Cláudio Costa;

1º Vice-Presidente: Carreira Machado;

2º Vice-Presidente: Herculano

Rodrigues;

3ª Vice-Presidente: Márcia Milanez;

Corregedor-Geral: Alvim Soares;

Secretário Especial da Presidência:

Luz Carlos Elói; **Secretário Especial**

de Comunicação da Presidência:

Helcio Zolini; **Assessora de**

Comunicação Institucional: Valéria

Valle Viana; **Gerente de Imprensa:**

Wilson Menezes; **Editoras e**

Jornalistas Responsáveis: Ione

Bernadete Dias - RP n° 1929/MG e

Patrícia Melillo - RP n° MG 04592/JP;

Revisão: Patrícia Limongi; **Design**

Gráfico: Narla Prudêncio; **Fotolito e**

Impressão: CGB Artes Gráficas Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º

andar - Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

31 3299-4622

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.

TJMG tem novo desembargador

O advogado José Mauro Catta Preta Leal tomou posse, em 18 de novembro, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Catta Preta compõe a 6ª Câmara Criminal e ocupa uma das vagas reservadas à advocacia. A legislação prevê que, dos magistrados que integram os tribunais, um quinto seja proveniente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Ministério Público (MP). Durante a solenidade, o magistrado assinou o termo de posse e exercício e foi condecorado com o Colar do Mérito Judiciário. A condecoração foi feita pelo presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, com o auxílio da mulher do novo desembargador, Wleides Dalila Poudel Leal.



Renata Catteria

Corregedoria realiza encontro em Ouro Preto

lone Bernadette

A cidade de Ouro Preto, cenário preferido pelos inconfindentes para reuniões e discussão em favor da Independência do Brasil em épocas passadas, foi palco de encontro e debates com propósito bem diferente no princípio de dezembro. Convocados pelo corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, desembargador Antônio Marcos Alvim Soares, cerca de 40 magistrados diretores de Foro e juizes titulares de varas da infância e da juventude, integrantes da 2ª Região de atuação da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, participaram do 8º Encontro da Corregedoria (8º Encor). Eles permaneceram nos dias 5 e 6 de novembro em reunião de trabalho com a equipe da Corregedoria e outros convidados.

Ao abrir o evento, o desembargador Alvim Soares ressaltou a importância do 8º Encor.

A superintendente adjunta da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), desembargadora Jane Silva, representou o 2º vice-presidente e superintendente da Ejef, desembargador Herculano Rodrigues, e leu mensagem em que ele cumprimentava a Corregedoria por promover encontro de fundamental importância no aprimoramento da magistratura mineira.

Palestras

Com o tema "Defesa Social e o Sistema Socioeducativo", o secretário de Estado de Defesa Social, Moacyr Lobato de Campos Filho, introduziu o ciclo de palestras do Encor. Ao lado do subsecretário, Ronaldo Pedron, o palestrante apresentou dados estatísticos sobre as in-

dades prisionais já existentes em Minas e as que estão em fase de implantação.

Ronaldo Pedron falou sobre a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas, a metodologia psicopedagógica e a gestão dos centros socioeducativos. Também foi abordado o trabalho desenvolvido pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA), local que reúne profissionais de várias instituições com o objetivo de atender prontamente ao menor infrator.

Na sequência, o juiz auxiliar da Corregedoria Nacional, Nicolau Lupianhes Neto, discorreu sobre os programas da Corregedoria Nacional de Justiça voltados para a infância e a juventude.

Resoluções

"Rito Correlato às Fases do Processo Administrativo para a Aplicação de Pena Disciplinar aos Servidores do Poder Judiciário" foi o tema de abertura do segundo dia de atividades do Encor. O palestrante Roberto Brant Rocha, chefe de gabinete da Corregedoria-Geral de Justiça, afirmou inicialmente que o tema, bastante técnico, era de extrema importância para os juizes diretores de Foro, especialmente na aquele encontro, em virtude da alte-

ração contida na Resolução 651/2010, publicada em 3 de novembro.

O desembargador Alvim Soares ressaltou a importância do 8º Encor

"Metas Prioritárias do Poder Judiciário 2010: implantação, acompanhamento e fiscalização pela Corregedoria, especialmente as metas 1, 2 e 3" foi o tema apresentado a seguir pelo juiz auxiliar da Corregedoria e diretor do Foro da comarca de Belo Horizonte, Renato César Jardim.

Apreensão de armas

Na sequência, os juizes auxiliares da Corregedoria José Ricardo dos Santos Freitas Veras, Leopoldo Mameluke e Andréa Cristina de Miranda Costa foram os encarregados da palestra "Destinação de Armas, Munições e Bens Apreendidos".

A seguir, o desembargador Wagner Wilson Ferreira falou sobre a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja).

A última palestra foi proferida pelo desembargador Antônio Sérvulo dos Santos e pelo juiz auxiliar da Corregedoria José Ricardo dos Santos de Freitas Veras, que falaram sobre a Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), órgão recentemente criado na Corregedoria e que tem na Superintendência o desembargador Antônio Sérvulo.



Renata Caldeira

Programa aposta na ressocialização de infratores

Daniela Lima

“Após cumprir a pena, os infratores voltam ao convívio social. É preciso prepará-los para esse retorno, e a sociedade deve estar ciente do seu papel nesse caminho.” Com essas palavras, a desembargadora Jane Ribeiro Silva, coordenadora do programa Novos Rumos e presidente do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário em Minas Gerais, sintetizou a missão do programa Começar de Novo.

Criado pela Resolução 96/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o programa foi oficialmente lançado no Estado em 4 de novembro. Seu objetivo é integrar os órgãos do Poder Judiciário e entidades públicas e privadas para promover ações de reinserção social de egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas, oferecendo-lhes inclusão produtiva, qualificação profissional e proteção social e familiar.

O presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Cláudio Costa, ressaltou que a Justiça mineira sempre adotou medidas em prol da ressocialização. “Com a criação do Começar de Novo e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Car-

cerário e Medidas Socioeducativas pelo CNJ, o programa Novos Rumos, que já integrava as Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (Apacs) e o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), passou a englobar todas essas iniciativas”, explicou.

Adesões

O Começar de Novo conta com o apoio de empresas do setor de construção. Durante o seu lançamento, foram entregues selos de reconhecimento às empresas que aderiram ao programa: Masb, Egesa, Atrium Construtora e Santa Bárbara Engenharia.

Na oportunidade, o CNJ, o Sindicato da Construção Pesada de Minas Gerais (Sicepot-MG) e o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Minas Gerais (Sinduscon-MG) promoveram um *workshop* para cerca de 100 representantes

de empresas dos setores da construção pesada e da construção civil, abordando a dinâmica do programa e a Lei Estadual 18.401/09. Essa lei autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica às pessoas jurídicas que contratarem egressos do sistema prisional do Estado.

Para o conselheiro do CNJ Walter Nunes, o Começar de Novo é um verdadeiro programa de segurança pública, pois a população carcerária cresce a cada dia e abrange cada vez mais os jovens. “É preciso fechar o ciclo, evitar a reincidência. Esse é o papel das redes sociais”, afirmou.

Também foram assinados termos de cooperação técnica entre o CNJ, o TJMG, a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (Seds-MG) e o Instituto Minas pela Paz com o objetivo de consolidar parcerias e fortalecer as ações do programa.

É preciso fechar o ciclo, evitar a reincidência. Esse é o papel das redes sociais”



■ Lançamento do programa Começar de Novo reuniu membros do Judiciário, do Executivo e empresários

TJ investe em campanha de saúde para homens

Francis Rose

Tabu, medo de diagnóstico desfavorável, questões culturais, resistência. Os fatores que levam a população masculina brasileira a evitar o acompanhamento médico preventivo são variados. O resultado da postura reticente diante de um profissional da saúde e da necessidade de exames periódicos, no entanto, tem um preço alto: a cada três mortes de pessoas adultas no Brasil, duas são do sexo masculino. E mais: essa população vive, em média, sete anos a menos do que as mulheres. De olho nas estatísticas, a Gerência de Saúde no Trabalho (Gersat) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) lançou um programa focado na saúde masculina e realizou, de 17 a 19 de novembro, a Semana da Saúde do Homem.

O médico da Gersat Eduardo Luiz Nicolau Osório explica que um dos objetivos da campanha é diminuir a resistência masculina aos assuntos de saúde. “É uma questão cultural. O homem tem medo de ir ao médico e de descobrir algum problema. Outra questão é que algumas doenças afetam apenas essa população e, por isso, são relacionadas à masculinidade”, afirma o profissional.

Segundo Eduardo, a preocupação com a saúde dos homens tem mobilizado o Ministério da Saúde e gerado ações para sensibilizar os brasileiros. “Alguns temas, como disfunção erétil, por exemplo, nem sequer são levados a um médico. O paciente, na maioria das vezes, acredita que não adianta buscar ajuda e acha melhor deixar como está”, detalha. A campanha do TJMG quer sensibilizar os servidores para uma atitude diferente.

Ao contrário das mulheres, os homens resistem em ir ao médico quando não há sintomas

O câncer de próstata é outra preocupação das autoridades (veja quadro). Alguns homens encaram o exame, necessário a partir dos 40 ou 50 anos, como um bicho de sete cabeças. E, segundo Eduardo, às vezes o paciente nem mesmo tem noção de como ele é feito. “Somente o teste sanguíneo de PSA (ou antígeno prostático específico) não é suficiente para identificar alterações. Assim, o toque retal é importante ferramenta para o diagnóstico”, afirmou.

Eduardo explica que, ao contrário das mulheres, os homens resistem a ir ao médico quando não há sintomas. Ele lembra que, em muitos casos, o paciente só

procura atendimento quando acredita não ter outra opção. Não raro, o problema – seja qual for – já pode estar em uma fase avançada e mais séria.

Diagnóstico tardio

O servidor José de Souza Prado, lotado na Coordenação de Protocolo Geral – Unidade Goiás, se conscientizou de que não é bom adiar a consulta ao médico. “Faço o exame periódico anualmente. No caso do urologista, fui pela primeira vez aos 50 anos. Percebi que não podia esperar. Todos os dias ficamos sabendo de casos de pessoas conhecidas que descobriram tardiamente o câncer de próstata”, contou.

Aos 52 anos, José também faz acompanhamentos com cardiologista, dermatologista e ortopedista. O servidor acredita que os homens têm medo do que podem descobrir depois de uma consulta ou exame. “Acho que é melhor ir logo. Tive uma hérnia de disco e protelei tanto a ida ao médico que o problema se agravou. Fiquei cinco meses afastado do trabalho”, disse. Para José, fazer os exames periodicamente e saber que tudo está bem são motivos de tranquilidade.

Além do *checkup*, o servidor investe na qualidade de vida: “Parei de fumar aos 22 anos, procuro caminhar, não consumir muito açúcar e controlar o peso”. José também checka periodicamente a pressão arterial e os níveis de colesterol.

SAIBA MAIS

Conheça alguns problemas que acometem os homens:

Andropausa – Baixa dos níveis de testosterona, comum a partir dos 40 anos. A andropausa afeta entre 20% e 25% dos homens acima dos 50 anos. Pode ocasionar osteoporose, fraqueza muscular, aumento da massa gorda, dificuldades de ereção, diminuição da libido, cansaço físico e irritabilidade. O tratamento é feito com reposição hormonal.

Câncer de próstata – É o câncer mais frequente no homem, sobretudo na população acima dos 50 anos. Para evitar o problema, é importante consultar um urologista, anualmente, a partir dos 40 anos (se há outros casos na família) ou dos 50 (se não há histórico familiar). A doença em sua fase inicial pode ter evolução silenciosa, daí a importância do acompanhamento periódico. O tratamento é variado e depende do estágio clínico.

Disfunção erétil – Dificuldade persistente de obter e/ou manter uma ereção de forma a permitir uma atividade sexual adequada. Cerca de 44% dos homens brasileiros com mais de 40 anos apresentam algum grau de dificuldade de ereção. O problema pode ter diversas causas, como doenças cardiovasculares e urológicas, uso de medicamentos e fatores psicológicos. Há tratamentos variados, como o uso de medicação oral e a implantação de prótese peniana.

Hipertrofia benigna da próstata – É o crescimento da próstata, que causa a obstrução do fluxo de urina. O acúmulo de urina na bexiga pode provocar formação de cálculos, infecção urinária e desconforto a cada micção. É comum em homens acima dos 50 anos. As causas do problema ainda são desconhecidas. O tratamento pode ser clínico ou cirúrgico.

Câncer de pênis – Representa 2% dos tipos de câncer que afetam os homens. Entre os sintomas estão: manchas esbranquiçadas no pênis; feridas que apresentam secreção e mau cheiro; ingua no pênis e/ou na virilha e inflamações duradouras. A doença pode ser prevenida com a boa higiene do pênis e o uso de camisinha, que evita a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis.



Rodrigo Vilaga

O médico Eduardo Osório explica que o TJMG pretende sensibilizar servidores, como ocorreu com José Prado (à esquerda), para a importância das consultas regulares ao médico

Manuela Ribeiro

De 2001 a 2010, dez anos são assinalados no calendário. Para a ciência, pode não parecer muito, considerando que algumas pesquisas se estenderam por décadas. Mas é tempo bastante para uma criança aprender a falar, a locomover-se, a ler.

O Judiciário brasileiro também viu e vivenciou grandes mudanças nesse período. Especificamente em Minas, o ano de 2010 termina com a implantação do sistema Themis, para geração do acórdão eletrônico, e duas novas câmaras criminais; com a posse de nova direção e de 88 juizes; com a reformulação do programa Justiça em Questão.

A medicina, a tecnologia, a engenharia oferecem recursos antigamente inimagináveis. Os hábitos e costumes se diversificam, respondendo a modificações ocorridas na sociedade. Entretanto, no

TJMG, o consenso é que, no caminho da cidadania, as dificuldades não impediram progressos.

Adaptando-se aos tempos modernos

A desembargadora Evangelina Castilho Duarte, da 14ª Câmara Cível do TJMG, aponta inovações que interferiram nas decisões judiciais. “A súmula vinculante e a repercussão geral impedem o andamento de recursos repetitivos e contribuem para a celeridade processual”, explica, referindo-se a legislações de 2004 e 2006 com impacto, respectivamente, sobre os tribunais estaduais e superiores.

A magistrada considera que outra questão se tornou relevante desde o ano 2000. “A conscientização ambiental e a

preocupação com a sustentabilidade hoje atingem indivíduos, empresas, faculdades, instituições públicas. Esse debate tem um lado jurídico, mas acaba sendo do interesse de toda a sociedade”, declara.

Para a servidora Roseli Teixeira de Souza, oficial de apoio judicial da comarca de Ervália, a informatização representou “uma melhora sensível para servidores, jurisdicionados e advogados”. “O sistema permitiu a localização de documentos com facilidade. Antes, precisávamos lembrar a fase em que o processo estava e seu espaço físico de armazenamento, consultávamos vários livros para achar uma certidão”, conta.

Ela afirma que a Lei 9.009/95 aumentou o número de causas dos juizados especiais e fez com que os procedimentos se tornassem semelhantes aos da Justiça comum. Roseli esclarece que outro fator

que elevou a quantidade de processos foi a nova lei do divórcio: os trâmites burocráticos simplificaram-se e mais gente passou a buscar a opção de formalizar a separação. “A Lei Maria da Penha, com as medidas protetivas, teve um impacto excelente, mas também trouxe o crescimento das demandas”, acrescenta.

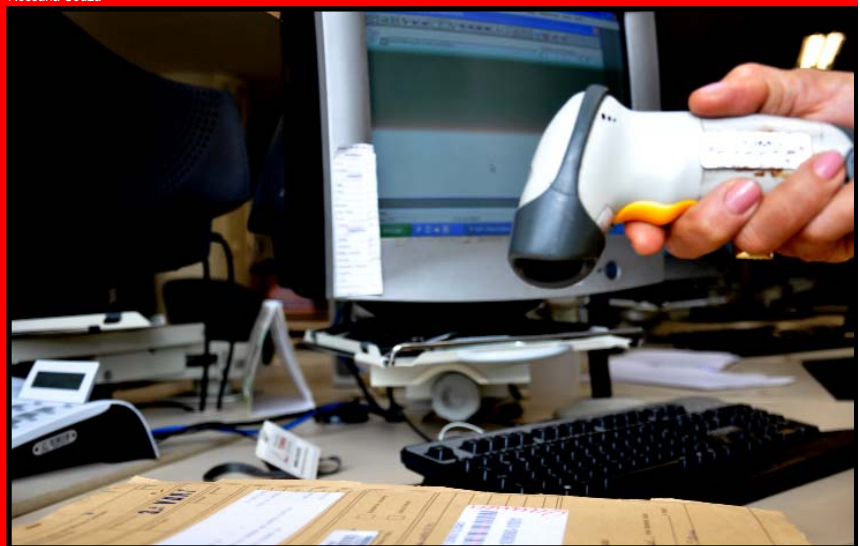
Avanços e dificuldades

A assistente social e conciliadora Luciana Cançado da Cunha Peixoto, da comarca de Almenara, elege como mudança significativa a conciliação. “Sinto o avanço, porque hoje os juizes valorizam e acreditam que o modelo dá certo. As pessoas também se surpreendem com a simplicidade do procedimento, que faz a história de a Justiça ser lenta cair por terra e, além disso, reduz o acervo”, avalia.

Rossana Souza



Rossana Souza



■ A conciliação, inovações tecnológicas, as reformas dos códigos penal e civil e a in

Manuela Ribeiro

De 2001 a 2010, dez anos são assinalados no calendário. Para a ciência, pode não parecer muito, considerando que algumas pesquisas se estenderam por décadas. Mas é tempo bastante para uma criança aprender a falar, a locomover-se, a ler.

O Judiciário brasileiro também viu e vivenciou grandes mudanças nesse período. Especificamente em Minas, o ano de 2010 termina com a implantação do sistema Themis, para geração do acórdão eletrônico, e duas novas câmaras criminais; com a posse de nova direção e de 88 juizes; com a reformulação do programa Justiça em Questão.

A medicina, a tecnologia, a engenharia oferecem recursos antigamente inimagináveis. Os hábitos e costumes se diversificam, respondendo a modificações ocorridas na sociedade. Entretanto, no

TJMG, o consenso é que, no caminho da cidadania, as dificuldades não impediram progressos.

Adaptando-se aos tempos modernos

A desembargadora Evangelina Castilho Duarte, da 14ª Câmara Cível do TJMG, aponta inovações que interferiram nas decisões judiciais. “A súmula vinculante e a repercussão geral impedem o andamento de recursos repetitivos e contribuem para a celeridade processual”, explica, referindo-se a legislações de 2004 e 2006 com impacto, respectivamente, sobre os tribunais estaduais e superiores.

A magistrada considera que outra questão se tornou relevante desde o ano 2000. “A conscientização ambiental e a

preocupação com a sustentabilidade hoje atingem indivíduos, empresas, faculdades, instituições públicas. Esse debate tem um lado jurídico, mas acaba sendo do interesse de toda a sociedade”, declara.

Para a servidora Roseli Teixeira de Souza, oficial de apoio judicial da comarca de Ervália, a informatização representou “uma melhora sensível para servidores, jurisdicionados e advogados”. “O sistema permitiu a localização de documentos com facilidade. Antes, precisávamos lembrar a fase em que o processo estava e seu espaço físico de armazenamento, consultávamos vários livros para achar uma certidão”, conta.

Ela afirma que a Lei 9.009/95 aumentou o número de causas dos juizados especiais e fez com que os procedimentos se tornassem semelhantes aos da Justiça comum. Roseli esclarece que outro fator

que elevou a quantidade de processos foi a nova lei do divórcio: os trâmites burocráticos simplificaram-se e mais gente passou a buscar a opção de formalizar a separação. “A Lei Maria da Penha, com as medidas protetivas, teve um impacto excelente, mas também trouxe o crescimento das demandas”, acrescenta.

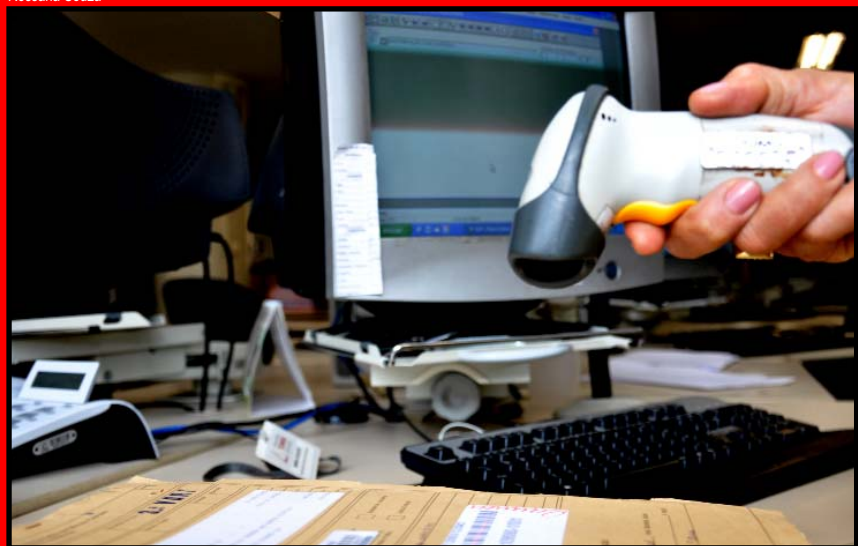
Avanços e dificuldades

A assistente social e conciliadora Luciana Cançado da Cunha Peixoto, da comarca de Almenara, elege como mudança significativa a conciliação. “Sinto o avanço, porque hoje os juizes valorizam e acreditam que o modelo dá certo. As pessoas também se surpreendem com a simplicidade do procedimento, que faz a história de a Justiça ser lenta cair por terra e, além disso, reduz o acervo”, avalia.

Rossana Souza



Rossana Souza



■ A conciliação, inovações tecnológicas, as reformas dos códigos penal e civil e a in

PRIMEIRA INSTÂNCIA



Vara de Execuções Criminais é reformulada

Raul Machado

Com uma área de 420 m², a Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte não é grande apenas em função do espaço que ocupa no Fórum Lafayette. A VEC, como é conhecida por todos, é também a maior secretaria de juízo de Minas, com um acervo de mais de 30 mil processos. A ela chegam diariamente todas as condenações que acontecem em Belo Horizonte, inclusive as sentenças proferidas nos juzizados especiais. Todos os meses, aproximadamente 500 novos processos começam a tramitar na secretaria.

Desde o último mês de outubro, a VEC passa por grandes mudanças. A mais visível foi no espaço físico, que ganhou móveis e computadores novos, além do redesenho dos espaços de trabalho. Está também em fase de implantação a mudança nas rotinas de trabalho, que agora seguem o programa Eficiência, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Todos os servidores realizam todas as tarefas da secretaria”, assim o juiz titular da VEC, Guilherme de Azevedo Passos, explica de forma simples a novidade trazida pelo programa Eficiência. Para o magistrado, o procedimento vai trazer agilidade.

Ainda sobre o programa, o magistrado conta que o Mutirão Carcerário revelou que o fluxo da secretaria estava anacrônico e não atendia à realidade da Justiça. Antes, quando um grupo de servidores que realizava a mesma tarefa estava em férias ou licença médica, por exemplo, o serviço ficava atrasado porque os outros servidores não sabiam fazer aquele trabalho.

Nova rotina

Em uma mesa com computador novo, a servidora Geralda Carleial aprende com o colega Paulo Fernandes

a expedir um alvará de soltura eletrônico. É que antes esse trabalho não fazia parte de sua rotina. No trabalho dividido, cabiam a ela as guias que chegam à VEC junto com as sentenças. “O serviço requer atenção, não podemos errar”, diz a servidora, que confessa estar apreensiva com o tempo necessário para o aprendizado.

O servidor Paulo Fernandes avalia de forma positiva a mudança. Para ele, o investimento em infraestrutura e as novas rotinas devem melhorar, principalmente, o atendimento ao público no balcão. O redesenho das salas também é bem-visto pelo servidor. Agora, segundo Paulo, as instalações favorecem as relações interpessoais.

A servidora Janaína Martins faz parte de um grupo, formado na VEC, para treinar todo o pessoal da secretaria. Ela e três colegas estão treinando os demais. “Os processos vão tramitar mais

rápido quando o serviço estiver em dia”, conta a servidora, que defende também a fixação de metas para todos os servidores.

A VEC é a maior secretaria de juízo de Minas, com um acervo de mais de 30 mil processos

Feliz com a escolha profissional

Acerto muito, erro muito, mas procuro fazer a verdadeira justiça”

Letícia Lima

Ele se define como uma pessoa “simples, humilde, que há 26 anos se dedica diariamente ao Judiciário, onde encontrou aquilo que queria fazer, e se considera feliz por isso”. Tão feliz que, se lhe fosse dado o direito de escolher novamente a profissão, conta que escolheria a magistratura. Com um largo sorriso no rosto, o desembargador Antônio Sérvulo dos Santos diz que foi predestinado a ser magistrado. “Acerto muito, erro muito, mas procuro fazer a verdadeira justiça”, comenta. Atualmente, compõe a 6ª Câmara Cível e, além de superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), é vice-presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja). No começo da magistratura, foi juiz em comarcas do Sul de Minas. Veio para Belo Horizonte em fevereiro de 1992, onde passou por inúmeras varas até chegar ao extinto Tribunal de Alçada (TA). Com a unificação dos tribunais, tornou-se desembargador. Nesta entrevista, fala um pouco das dificuldades e das alegrias do dia a dia no trabalho e na família. Casado há 31 anos e pai de duas filhas, Antônio Sérvulo se diz realizado pessoal e profissionalmente: “Tenho tudo o que quis na vida”. Segundo ele, família é “a coisa mais importante”. Para exemplificar, conta que já havia ligado para sua mãe para saber como ela havia passado a noite. Eram apenas 9h da manhã.

Renata Caldeira



O magistrado destaca a importância da atuação da CEJA

TJMG Informativo - No Judiciário, que tipo de trabalho o senhor considera mais prazeroso?

ASS - Hoje o que mais me entusiasma é a Comissão Estadual Judiciária de Adoção, a Ceja. Estou lá, praticamente, desde sua criação. Essa área cuida da adoção internacional de crianças. Quem atua nela vê a sensibilidade do magistrado aflorar, porque lá se cuida de crianças abandonadas, ou institucionalizadas (esse último é o termo correto). Nenhum brasileiro quer adotar crianças de 12 ou 13 anos, já os estrangeiros se interessam por essas crianças. Há um acompanhamento por parte da Ceja, os casais de outros países enviam-nos um relatório sobre as crianças adotadas e, ao acompanharmos as mudanças, percebemos que vale a pena trabalhar nessa área. Também estou trabalhando na Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj). Estamos levantando as dificuldades da área para levá-las ao presidente e saber o que pode ser feito.

TJMG Informativo - O que o senhor gostaria de ver acontecendo no TJ?

ASS - É preciso melhoria nas condições de trabalho tanto físicas quanto materiais e financeiras. O servidor tem que ser muito bem remunerado para trabalhar com tranquilidade. O trabalho é muito desgastante, o número de processos excessivo, e, por mais que se trabalhe, quase não se dá conta de atender à demanda. Não sei se a solução é aumentar o número de funcionários e magistrados ou melhorar as leis e os códigos. A carga é muito pesada e não há juiz que não fique em casa pensando no processo que precisa decidir ou no que decidiu naquele dia, e isso causa muito desgaste.

TJMG informativo - O senhor sugere alguma outra mudança?

ASS - Na minha opinião, aqui no TJ o que precisaria ser feito seria a especialização de câmaras. Porque decidimos aqui processo de juiz que está há dez anos trabalhando só no direito de família, por exemplo, superespecializado na matéria, e nós decidimos todo tipo de matéria. Então acho que a especialização é fundamental. Deveria haver uma câmara só para direito de família, outra para penal, uma para direito administrativo, uma para julgamento de casos de prefeitos e outras especialidades.

TJMG Informativo - Por que e como o senhor se tornou magistrado?

ASS - Eu sou filho de investigador de polícia. Meu pai sempre nos ensinou o valor dos estudos. Eu estudava em uma cidade que ficava a 80 km da minha terra. Viajava todos os dias de segunda a sábado. Depois que entrei na faculdade, quis ser delegado, mas fui trabalhar com um advogado. Eu via os juizes da minha terra e nutria por alguns verdadeira adoração; outros, eu achava que não serviam de exemplo. Depois, passei em um concurso e fui trabalhar na carreira jurídica de um banco. Nessa época, já estava pensando em ser juiz e fui incentivado por um colega, o desembargador José Francisco Bueno. Ele falou que eu tinha que fazer concurso para juiz. Segui seu conselho e passei na primeira oportunidade, em 82.

Programa aposta na formação de adolescentes

Divulgação



■ Jovens de 14 a 16 anos recebem educação básica e qualificação profissional

Wilson Menezes

Proporcionar a jovens de famílias carentes, de 14 a 16 anos, educação básica e qualificação profissional é o objetivo do programa Guarda Mirim, idealizado e coordenado pela juíza Lúcia Landgraf. “O exercício da magistratura vai além da busca da pacificação social. Podemos avançar e realizar ações solidárias”, afirma a magistrada.

O programa já rendeu frutos. Em Pratápolis e Itaú de Minas, 40 adolescentes foram empregados em empresas privadas, escritórios de profissionais liberais e órgãos públicos. Outros 21 “guardinhas” foram colocados no mercado de trabalho em São Roque de Minas; e 39, em Piumhi.

“Esse trabalho é encantador, e o que mais me fascina é o efeito multiplicador que ele tem: esses adolescentes de famílias carentes acabam sendo no futuro excelentes pais e profissionais. Depois de atuar quase cinco anos na magistratura, percebi que tudo o que fazia para os adolescentes em conflito com a lei não surtia qualquer efeito. Por várias vezes, cheguei até a arcar com os custos de internação em

clínicas de desintoxicação, já que o Estado nunca tem vaga, contudo eles fugiam e, quando voltavam, estavam mais destemidos, praticavam atos infracionais mais graves”, conta a juíza, que responde pela comarca de São Roque de Minas e pela 2ª Vara Cível de Piumhi.

Por outro lado, a juíza Lúcia Landgraf concluiu que muitos adolescentes, quando terminavam o segundo grau, acabavam desem-

pregados ou trabalhando em subempregos devido à falta de qualificação profissional. “Então, resolvi investir nesses jovens. Conheci detalhes de um projeto similar que já existia em Cássia, coordenado pelo advogado João Venâncio. Fiz algumas adaptações e, após selecionar pessoas dedicadas à causa para montar um núcleo, realizei a primeira audiência pública em Pratápolis, onde apresentei o projeto Guarda Mirim a representantes da sociedade – empresários, profissionais liberais, educadores. O apoio foi imediato. Passei a im-

plementar o programa em todas as comarcas que assumo. O resultado é extremamente positivo”, explica.

Valor dos estudos

O guarda mirim Vinícius Ovídio de Faria, de São Roque de Minas, diz que, ao ingressar no programa, entendeu a importância de valorizar os estudos e respeitar o próximo. “Hoje, estou trabalhando e conhecendo pessoas novas. Sei o quanto isso é importante para a minha família.”

Para a presidente da Associação dos Amigos dos Menores de São Roque de Minas (AAMES), Shirley Geane de Oliveira, o programa é importante por prevenir a marginalização, promover a educação e contribuir para a pré-profissionalização dos adolescentes, incentivando-os a serem exemplos para outros jovens. “Pretendemos oferecer não somente sua inserção no mercado de trabalho mas também uma assistência completa, com a realização de cursos sobre meio ambiente, ética, empreendedorismo, esporte, além de acompanhamento familiar e escolar”, explica.

O programa segue em frente. A juíza adianta que a próxima comarca a receber o Guarda Mirim será Monte Belo. “Assumo minhas novas atividades jurisdicionais em janeiro de 2011.” O efeito multiplicador segue seu curso.

exercício da magistratura vai além da busca da pacificação social. Podemos avançar e realizar ações solidárias”

Túlio Travaglia



■ Déa Matilde expõe até 16 de dezembro no Fórum Lafayette

Déa Matilde apresenta seus *Bichos*

Túlio Travaglia

A artista plástica Déa Matilde apresenta, na Galeria de Arte do Fórum Lafayette, a série de gravuras *Bichos*. A mostra poderá ser visitada até 16 de dezembro, das 8h às 18h. O endereço é avenida Augusto de Lima, 1.549, Barro Preto.

Bebê Tarzan, Super Gato, Festa no Céu e Arca de Noé são títulos de algumas das 20 gravuras da exposição e sugerem a ludicidade dos trabalhos. Déa Matilde diz inventar e reinventar os seus "bichos". "Brinco, deformo, transformo e jogo com a imagem criando situações de humor", relata a artista.

Para o artista plástico Sebastião Miguel, professor da Escola Guignard, desde 1998, Déa Matilde vem caminhando pela trilha do imaginário e do fantástico. "Agora essas fábulas mostram influências de costumes, valores e tradições reinventadas", conclui.

A galeria integra o Espaço Cultural, coordenado pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom)/Núcleo Fórum Lafayette, com o apoio da Direção do Foro da comarca de Belo Horizonte.

NATAL

Papai Noel dos Correios

Soraia Costa

Os pedidos são bem inusitados. Vão desde brinquedos e roupas a parafernalias eletrônicas, material escolar, mantimentos e remédios. O Papai Noel dos Correios, programa que conta com a participação do TJMG desde 2008, tem o objetivo de atender aos pedidos de presentes de Natal de crianças em situação de vulnerabilidade social.

No ano de 2008, somente os servidores da capital participaram. Já em 2009, a campanha se estendeu para o interior do Estado e contou com a participação de 38 comarcas. O resultado: quase três mil cartas apadrinhadas. Este ano, a entrega oficial dos presentes foi no último dia 14.

Como tudo começou

Os empregados dos Correios de Minas Gerais observaram que crescia, a cada ano, o número de cartas destinadas ao Papai Noel. As cartinhas, endereçadas ao céu, tinham como remetentes crianças pobres, que pediam coisas simples: carrinhos, bonecas, cadernos ou cestas básicas. Sensibilizados, os empregados se uniram para atender aos pedidos e acabaram por atrair outras pessoas, que passaram a ajudar com doações.

Os Correios conquistaram o apoio de entidades públicas e privadas e da sociedade em geral. Nascia, assim, a campanha Papai Noel dos Correios. Essa ação foi premiada em 2001 e em 2008 pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB).

Como funciona

As cartas são encaminhadas aos Correios, junto com os diários de classe, pelas professoras das escolas participantes.

Todas as cartas são abertas e separadas conforme os critérios da campanha. Em

seguida, as instituições parceiras distribuem as cartas aos interessados em contribuir.

As cartas apadrinhadas são cadastradas para acompanhamento e controle, e os presentes são entregues nas agências dos Correios para serem enviados aos seus destinatários.



Renata Mendes

■ Entrega oficial dos presentes no ano passado

O Cineclube TJ está de luto

Há algum tempo, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais propicia aos magistrados, aos servidores e ao público externo a oportunidade de aprimoramento, reflexão e compartilhamento de ideias. E nada como a arte para aproximar a instituição dos seus públicos. O cineclube acaba de perder seu incentivador. Não está mais conosco o desembargador Sérgio Braga, que, desde 2003, cuidava da programação a ser exibida e debatida o filme com os participantes. Apaixonado pelo cinema e profundo conhecedor dessa arte criada no século XIX pelos irmãos Lumière, Sérgio Braga se esmerava com carinho para trazer, mensalmente, ao público do TJ, clássicos do cinema que permitiam uma discussão sobre temas ligados não só ao mundo jurídico como também aos mais variados aspectos da experiência humana. E ele contagiava todos com sua sabedoria e simplicidade. O desembargador deixa vasta obra sobre cinema e literatura, livros e artigos que marcaram sua vida e que vão servir como fonte de consulta sobre o assunto.



Patrícia Meilho

Desembargador Sérgio Braga, durante lançamento de seu livro, comemorativo dos cinco anos do Cineclube TJ, em 2008

O Cineclube TJ apresenta, em 16 de dezembro, o filme *Pickpocket*, de Robert Bresson. A exibição será às 19h, no auditório do anexo II do TJMG - rua Goiás, 253, Centro de Belo Horizonte. Entrada franca.

ESPORTE

Time de futebol do TJ vence Torneio

É campeão! O PJD, time de futebol formado por servidores e funcionários do TJMG, comemorou o título, conquistado de forma invicta, da 1ª primeira divisão do campeonato amador de São José da Lapa. O time levantou a taça após empatar, sem gols, os dois jogos da final, disputada contra o Santa Cruz. A vantagem de dois empates foi obtida devido à melhor campanha

realizada em toda a competição. O presidente do clube, Warlen Rodrigues, agradeceu o empenho de todos: jogadores, torcedores, diretoria. Ele destacou que o clube, filiado à liga de futebol desde 2009, já conquistou o direito de representar o povo lapense na 50ª edição da Copa Itatiaia, que será realizada no diaem 12 de dezembro.



Rodrigo Vileça

CLICK DO LEITOR

O Pico da Bandeira é um lugar muito agradável, com paisagens que fascinam os olhos dos turistas.

Leandro Luiz Reis Vieira – Abre Campo

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor*, envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.



Leandro Luiz Reis Vieira